



Anníbal Teixeira: mesmo apelando a Passarinho, retirado do plenário

Teixeira é expulso após tumulto ¹⁵⁹

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), expulsou o deputado Aníbal Teixeira (PTB-MG), que integra a lista dos cassados, do Auditório Petrônio Portella. "É melhor o senhor se retirar. O ambiente aqui não está muito bom para o senhor", afirmou Passarinho, quando Teixeira, cercado pela imprensa, entrava no auditório. "Presidente, quero ficar um pouco. Posso ficar sem a imprensa", ainda pediu o deputado. Mas Passarinho não o atendeu: "Não, o senhor não vai ficar longe da imprensa. O senhor já disse que o quis de mim e está atrapalhando a leitura do relatório. Faça o favor de se retirar e se quiser conversar comigo me procure depois". Em seguida, Teixeira foi conduzido para fora por três seguranças.

O tumulto provocado pela presença de Aníbal Teixeira, ministro do Planejamento no governo Sarney, começou as 17h, quando ele se dirigiu a CPI para protestar contra sua condenação. "Houve despreparo e ma-fé, estou sendo condenado por oito acusações infundadas" afirmou, ao mostrar uma pasta com documentos que ele assegurou que respondiam um a um todos os dados contra ele no parecer do relator. Ele

contou que enviou esta documentação para a CPI mas que ela não foi considerada. "Temo que o senador Passarinho, que já me cassou uma vez, conduza esta CPI pelo mesmo caminho da ditadura militar", criticou. "Epero que o Passarinho não faça como na ditadura, quando me cassou sem direito de defesa", repetia Teixeira muito nervoso.

Com sua cassação pedida, especialmente em função do relatório da Subcomissão de Patrimônio, Teixeira também atacou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS). "Esta peça acusatória é uma leviandade, o Bisol não tem a mínima noção de Direito. Este libelo é ridículo e desmoraliza os trabalhos da CPI", criticou. Disse ainda que Bisol já havia feito denúncias contra ele no governo Sarney e que esta nova tentativa era fruto da frustração do senador diante da decisão do STF de inocentá-lo. As duas principais acusações contra Teixeira no parecer do relator se referem a venda de um quarto de um andar do Edifício Sulacap em Belo Horizonte e que não foi declarado, e a falta de origem de um depósito no valor de 49 mil dólares feito em 2 de janeiro de 1991.